

6 ABR 1990

Pressões e pancadarias

O clima tenso que o Congresso registrou no dia de ontem, devido a presença de grande número de grupos de pressão e agravado pelo limite de apenas 200 senhas para acesso do público às galerias, resultou em vários incidentes, inclusive em pancadaria entre seguranças e visitantes.

Tão agitado estava o ambiente, que o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, ameaçou permanecer armado se não obtivesse garantias de que poderia votar as medidas provisórias sem constrangimentos. Enquanto isto, um grupo do Movimento de Mulheres do Brasil e seguranças da Câmara se envolveram duas vezes em tumultos que terminaram em socos e pontapés. O sindicalista Aluizio Pereira Lima, de São Paulo, sofreu vários arranhões nas costas, mas foram dois seguranças do Congresso que acabaram no Instituto Médico Legal.

Depois de ter ficado refém dos grupos de pressão, que o impediram, por alguns minutos, de se dirigir a uma reunião com os relatores das medidas provisórias, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, fez um apelo ao governo e Congresso para que cheguem a um entendimento que possa acelerar a votação do programa de estabilização econômica.

Regimento foi descumprido

Apesar de ser considerada uma matéria pouco polêmica, a medida provisória nº 149 mostrou ontem que o plenário do Congresso deverá enfrentar sérios problemas para aprovar, até o dia 15, as 19 medidas provisórias que ainda faltam ser apreciadas. A título de votar todo o pacote a tempo, o PMDB, PFL, PTB, PL e PRN, com o aval da presidência da Mesa, optaram por um caminho perigoso: colocar de lado o regimento interno da Casa, privilegiando acordo de lideranças majoritárias, para votar matérias cujo conteúdo era desconhecido até mesmo por alguns líderes. Isso provocou fortes reações nos partidos de oposição, que chegaram a colocar em suspeição a forma da condução dos trabalhos pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

A confusão regimental que girou em torno da votação da venda dos imóveis funcionais não esteve diretamente ligada ao mérito da matéria. Até o PDC, que apóia formalmente o Plano Collor, se colocou contra o andamento dos trabalhos. De acordo com o regimento interno, a medida provisória do Planalto só poderia ser votada se não existisse apreciação de emendas. A Resolução nº 1 do Congresso define que, a partir do momento em que existirem emendas, tem que ser apreciado o Projeto de Conversão.

A Mesa, no entanto, optou por atropelar essa determinação regimental para atender a um acordo fechado entre o PMDB e os líderes do governo. O Projeto de Conversão que estava na pauta de votação não atendia ao interesses palacianos e sua alteração em plenário não poderia ocorrer por falta de emendas supressivas. Assim, a única saída para validar a imposição das lideranças majoritárias era aprovar a medida provisória e três emendas.

A revolta das lideranças de oposição agravou-se quando o líder do PFL, Ricardo Fiuza, comunicou que o texto acordado não estava redigido. Revoltado, o deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB, tomou o microfone e disse: "Isso é um escândalo. Como vamos votar uma coisa que não conhecemos e nem mesmo os líderes que fecharam o acordo sabem explicar?". O senador Cid Saboya (PMDB-CE), atropelado pela agilidade com que a Mesa procedeu à votação, disse posteriormente: "Essa votação não vale nada. O plenário não está acima do regimento", essa foi uma agressão direta à conduta do presidente da Mesa, Nelson Carneiro, que chegou a afirmar: "Para ferir o regimento, preciso da concordância do plenário". (C.K)